

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO REGIME MILITAR E O ESTADO DE GOIÁS

THE DEVELOPMENT PROJECT OF MILITARY REGIME AND THE COUNTRY OF GOIÁS

Teresinha Maria Duarte¹

Resumo: O artigo visa analisar o projeto de desenvolvimento do regime militar e as suas conseqüências para o Estado de Goiás, através do discurso dos governos militares e seus prepostos. Os militares brasileiros associaram o conceito de desenvolvimento ao de segurança nacional. O desenvolvimento foi concebido como crescimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Segurança nacional. Crescimento econômico.

Abstract: The objective of the article is to analyze the developing project of the military government and its consequences for the State of Goiás through the statements of the military government. The Brazilian Army associated the concept of development and national security. The development was conceived as economical growth.

Key-words: Developing project. Economical growth. National security.

Introdução

De acordo, com Pedro Morandé, o desenvolvimento se colocou como um paradigma teórico à intelectualidade latino-americana do pós-guerra, dentro do contexto da consolidação do imperialismo norte-americano e da expansão de sua área de influência a nível mundial. Tratava-se de pensar o desenvolvimento, ou seja, a modernização da América Latina a partir dos termos e da linguagem do vencedor.

Com este enfoque, o desenvolvimento deixou de ser visto como resultante do processo histórico oriundo da Europa, com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, que impôs um novo *ethos* cultural, passando a ser visto, na América Latina, como um processo de modernização, o qual incidia sobre a vida social de um povo, que passava a ser objeto de planificação. A modernização era um projeto para o futuro, isto é, a tarefa

¹ Mestra em História das Sociedades Agrárias pela Universidade Federal de Goiás e Doutora em História pela UnB. Professora na Universidade Federal de Goiás, no Curso de História do Campus Catalão. Publicações afins: *Se as paredes da catedral falassem: A Arquidiocese de Goiânia e o Regime militar. (1968-1985)*. Goiânia. Editora da UCG. 2003. "Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968" In. MARTINS FILHO, Prof. Dr. João Roberto (org.) *1968*. Faz 30 anos. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos. 1998. E-mail: teresinha_duarte@yahoo.com.br

atual seria a aplicação do conhecimento científico e tecnológico em todas as atividades sociais, para que, no futuro, acontecesse um processo de otimização do bem estar de todos, devido à maximização dos recursos e da funcionalidade das estruturas. Assim, o desenvolvimento passou a ser entendido como sendo o projeto de modernização da América Latina. (1984, 17-18).

Desfraldando a bandeira de um desenvolvimento acelerado, Juscelino Kubitschek adicionou um novo ingrediente ao nacionalismo Getulista. Enquanto Getúlio Vargas defendeu o desenvolvimento nacional como um projeto autônomo, implementado a partir da ação de um Estado forte, JK considerou oportuno a participação externa no projeto de desenvolvimento nacional, sendo que “aos brasileiros” caberia determinar o rumo e o ritmo do crescimento econômico. Esta posição pressupunha as noções de nação e soberania que constituem a base política do desenvolvimentismo.²

Segundo Míriam Limociro Cardoso, JK compreendeu o desenvolvimento como o desenvolvimento econômico somado ao bem-estar social em vista da manutenção da ordem, da preservação dos valores da civilização cristã e da segurança do sistema capitalista. O desenvolvimento, assim compreendido, era o objetivo da coletividade e o desejo do povo brasileiro e até dos países desenvolvidos. Era, também, um projeto que exigiria harmonia de interesses, em nível interno, de todas as classes sociais e, em nível internacional, envolveria “todas as nações do mundo”, isto é, do bloco capitalista, o que justificaria investimentos conjuntos por parte da iniciativa privada, do Estado e do capital estrangeiro (1977, 193, 143; 203-205).

Assim, o desenvolvimentismo, graças à CEPAL (Comissão Especial para a América Latina)³ foi a tendência hegemônica sobre a intelectualidade

² Acerca de uma definição de desenvolvimentismo ver BRUM, Argemiro J.. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis em có-edição com Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado _ FIDENE (Ijuí, RS), 1993. pp. 81-94. À p. 95, o autor define o desenvolvimentismo como sendo “(...) um modelo de desenvolvimento voltado centralmente para a realização de um crescimento econômico acelerado, acima dos padrões históricos tradicionais, com o objetivo de encurtar a distância em relação aos países considerados desenvolvidos, lançando mão, para tanto, em grau elevado, de recursos adicionais, extraídos compulsoriamente da sociedade ou buscados no exterior, e tendo o estado como principal agente indutor e impulsionador do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos através do planejamento, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infra-estrutura e indústria básica”.

³ De acordo com MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 7. ed. Petrópolis. Vozes. 1992. pp. 34-40. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) surgiu no final da década de 1940 com a preocupação de explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e a superação desta realidade. A análise punha em evidência as especificidades da estrutura sócio-econômica dos países da “periferia”, chamando atenção sobre os entraves para o desenvolvimento econômico e sobre o caráter das transações comerciais que acentuavam as disparidades. Propôs, de forma deliberada, uma política de desenvolvimento industrial, com a promoção da reforma agrária e a industrialização voltada para o mercado interno. Ao Estado caberia promover o desenvolvimento, planejando e intervindo na economia. Embora de caráter nacionalista, o projeto de desenvolvimento da CEPAL não hostilizou o capital externo. A este

latino-americana entre as décadas de 1950 e 1960. Este conceito, herdeiro do pensamento de Max Webber acerca de uma época de transição, teve sua interpretação e sua versão latino-americana feitas por Talcott Parsons e se tornou a tendência dominante na CEPAL. Na década de 1960, o desenvolvimentismo entrou em crise e, no Brasil, isto coincidia com um novo regime, o regime militar.

Para Alain Rouquié, pode se entender por regime militar a intervenção e a institucionalização dos governos militares no Brasil, amparadas na Doutrina de Segurança Nacional, que foi a ideologia oficial (1984, 52). Joseph Conblin esclarece que esta Doutrina considerou como pernicioso qualquer antagonismo e questionamento por parte da sociedade. Com o objetivo de punir os dissidentes, portadores da ideologia comunista e contrários aos interesses do país e da segurança nacional, as Forças Armadas tomaram sobre si o encargo de defesa da nação e dos objetivos nacionais, subvertendo a ordem constitucional e institucionalizando o regime militar, em nome da segurança nacional (1978, 73). A repressão foi o instrumento usado para garantir a ordem.

De acordo com Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos, o regime militar teve como características: o prevailecimento dos interesses da burguesia monopolista nacional e estrangeira, em aliança com as antigas oligarquias; a implementação de uma política econômica que passou a ser exercida por uma burocracia e tecnocracia civil e militar, oriunda das classes médias e identificada com os interesses do regime – o desenvolvimento e a segurança nacional (1988, 129-134).

Então, a partir das considerações acima, levanto os seguintes problemas: Como os donos do poder, no período posterior a 1964, entenderam o conceito de desenvolvimento? Quê papel coube ao desenvolvimento nas políticas do regime instituído em 1964? Como Goiás foi afetado pelas políticas de desenvolvimento do regime militar? São estas questões que proponho discutir neste artigo.

A pesquisa que deu origem a este artigo, procurou fazer a análise do processo histórico, a partir dos discursos dos sujeitos, isto é, recorrendo metodologicamente às contribuições da análise do discurso, assim como proposta por Danilo Marcondes (2000). Entendo, pois, que o discurso é determinado pelo sistema lingüístico de quem o faz e de seu(s) interlocutor(es) e que o sujeito lingüístico precisa ser entendido como parte e produto de um processo social. Assim, ao analisar a fala dos sujeitos, investigamos igualmente a sociedade.

Com isto, far-se-á a interpretação das falas e das idéias dos sujeitos que protagonizaram o processo histórico em estudo. As fontes para este es-

caberia aumentar a taxa de investimentos e a renda nacional até que cada país tivesse uma poupança suficiente para encetar sozinho o seu próprio projeto de desenvolvimento.

tudo foram os artigos do jornal *Folha de Goiaz*, o mais antigo jornal de Goiânia, um jornal tradicional, que deu respaldo à política do regime militar, em Goiás. Foram analisados os discursos de políticos e pareceres da Imprensa, contidos naquele periódico. Também foram utilizados alguns documentos publicados por outros autores, como: trecho do livro de Robert McNamara, *The essence of Security*. 1968 (*A Essência da Segurança*), publicado no livro de José Conblim (1978), bem como um trecho do Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento II PND (1975-1979), publicado por Octávio Ianni (1986).

O artigo trata, primeiramente, do projeto de desenvolvimento do regime militar em nível de discurso e de implementação, depois, procura analisar como o Estado de Goiás foi afetado pela política de desenvolvimento do regime militar. Assim, pretende analisar a inserção do estado de Goiás, na política econômica do regime militar, bem como as conseqüências de tal processo.

O projeto de desenvolvimento do regime militar em nível de discurso e de implementação

Ao assumir o governo, os militares evitaram o uso do conceito de desenvolvimento, pois tal conceito estava sobremaneira próximo das práticas populistas. Compreenderam que era preciso por um fim ao populismo e até mesmo ao nacionalismo mais radical. Viram como necessário, também, afastar as classes populares do debate político e abafar as suas reivindicações, pois estas além de apresentar uma *performance* subversiva, contribuíam para o aumento da inflação. Era urgente por um fim à inflação, à corrupção e à subversão, além de restaurar a ordem interna para tornar o país interessante e viável aos olhos do capital estrangeiro, o único capaz de acelerar, suficientemente, o crescimento rápido da economia interna.

Contudo, em 1967, Castello Branco associou o conceito de desenvolvimento ao de segurança nacional, em um discurso inaugural do ano letivo, na Escola Superior de Guerra. Foi uma ressonância da Doutrina formulada por Robert McNamara, presidente do Banco Mundial. McNamara foi o primeiro a associar o conceito de desenvolvimento ao de segurança nacional, em um discurso proferido em Montreal, no ano de 1967. E em 1968, o próprio McNamara publicou o livro *The essence of Security* no qual explicitou bem a sua doutrina.

A segurança é desenvolvimento, e sem desenvolvimento não há segurança. (...) Efetivamente, se existem condições prévias à segurança, estas são um mínimo de ordem e de estabilidade. Ora, sem uma evolução interna, por menor que seja, a ordem e a estabilidade tornam-se impossíveis (...)(*The essence of Security*. 1968. p. 158. Apud. CONBLIM, 1978, 65).

Não deixa de haver uma lógica nesta espécie de trocadilho: “a segurança é desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança”. De fato, a observação empírica mostrava isto. O entrelaçamento entre segurança e desenvolvimento continuava no discurso de McNamara:

Ao insistir no fato de que a segurança é filha do desenvolvimento, não nego que um país em vias de desenvolvimento não possa ser atingido por uma revolta interna, ou uma agressão externa, ou uma combinação das duas. (...) para remediar as condições que permitem esse estado de coisas é necessário que esse país tenha um poder militar que reaja a esse problema específico.

Porém, o poder das armas é apenas uma faceta do vasto problema da segurança. Uma força militar pode ajudar a garantir a ordem e a lei, mas só se elas já se apoiarem, na sociedade em questão, numa base suficiente, e se o povo estiver disposto a colaborar com ela. A lei e a ordem constituem um escudo atrás do qual pode-se desenvolver um país, e por conseguinte garantir em grande parte sua segurança.

(...) O problema é que (...) estivemos (...) a crer que a segurança, fenômeno exclusivamente militar, dependia principalmente da quantidade de material bélico. Ora, isso não é verdade, e, se queremos que a segurança sobreviva e se consolide na região meridional do mundo devemos enfrentar a realidade. O desenvolvimento é o progresso econômico, social e político (*The essence of Security*. 1968. p. 158. Apud. CONBLIM, 1978, 65).

À observação de que “a segurança é filha do desenvolvimento”, e que o “desenvolvimento é progresso econômico, social e político”, correspondeu uma mudança de tática: a segurança passou a ser vista como fruto da ordem e da estabilidade econômica e social e não da quantidade de material bélico. Isto fez com que a temática do desenvolvimento que foi, a princípio, afastada pelos militares, devido à proximidade da mesma em relação aos governos populistas, se tornasse, finalmente, consagrada e associada ao conceito de segurança nacional. Os governos militares passaram a priorizar, assim, o progresso econômico.

Foi no governo Geisel, no entanto, que o discurso e a preocupação com o desenvolvimento ocuparam um lugar de destaque. Foi ele o presidente militar que melhor expressou em discursos a política do regime, no sentido de associar o desenvolvimento à segurança nacional. Por ocasião do encerramento da Convenção Nacional da Arena, em 1973, em Brasília, a qual homologou o seu nome para a presidência do país, Geisel afirmou que: “A fórmula desenvolvimento e segurança, ampliando, afinal e atualizando, ao estilo semântico dos novos tempos, o expressivo lema de nossa bandeira, constitui a essência doutrinária da revolução de 1964” (Folha de Goiaz, 16-09-1973, 2). Desenvolvimento e segurança, como Geisel os compreendeu, além de atualizarem, ampliaram o lema de nossa bandeira: ordem e progres-

so. Assim, como sem ordem não poderia haver progresso, sem segurança não poderia haver desenvolvimento.

No seu entender, todos os brasileiros foram considerados responsáveis pela segurança nacional, não somente as Forças Armadas. E, em contrapartida, advogou a intromissão das Forças Armadas em áreas outras que não fosse a militar. Geisel, um castelista, apesar de divergir um pouco dos militares ditos de “linha dura”, tributou um reconhecimento ao conjunto das medidas econômicas do regime, ao mesmo tempo em que defendeu a interferência das Forças Armadas na vida política e econômica do país, saindo do círculo restrito do dever de zelar pela segurança, como se a nação não devesse...

à Marinha, ao Exército, e à Aeronáutica muito do que se tem realizado, de longa data, e ainda ora se realiza, no amplo setor do desenvolvimento do país - indústrias, estradas, transportes, comunicações, educação e o mais que seja. Nem se olvide que a elas cabe profundo reconhecimento por terem sabido, em hora terrível da nacionalidade, violentarem-se a si mesmas, em sua básica formação disciplinar e hierárquica, para coesas, restabelecerem a ordem, salvar as instituições e criar a estrutura política e social que propiciou o clima em que viceja, pujante, o atual progresso do país, e por terem, pela vigilância persistente e penosa atuação ulterior, preservando essas realizações (Folha de Goiaz, 16-09-1973, 2).

Aqui está uma faceta interessante dos militares que conduziram o destino da nação. Geisel representou uma das facções das Forças Armadas, aquela que instituiu o regime, em 1964, mas que foi alijada do governo, em 1967; na sua fala, porém, procura mostrar a união interna das Forças Armadas. De fato, não apenas por um simples recurso de retórica, mas no essencial, o conjunto das Forças Armadas se manteve coeso. Os militares aprenderam com os incidentes de 1956 e de 1961 que, se não estivessem unidos em seus princípios e em suas estratégias, não conseguiriam segurar o poder. Portanto, ainda que houvesse dissensões, a união das Forças Armadas era imprescindível e esta imagem elas deveriam passar à nação.

O conceito de desenvolvimento defendido pelos militares foi um conceito pragmático, mas, nos discursos de Geisel ele aparecia com uma coloração humanista, como no seu discurso, em Bonn, no Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários: “Concebemos o desenvolvimento como o aproveitamento organizado dos recursos naturais, do capital, do trabalho e da tecnologia em prol do bem estar dos povos” (Folha de Goiaz, 08-03-1978, 8).

Naquela e em outras ocasiões, deu um conteúdo humanístico ao conceito de desenvolvimento, como se pode ver neste outro exemplo: “Cabe a ênfase, portanto ao desenvolvimento nacional – desenvolvimento para o

homem e para seu grupo social – o homem inserido simbioticamente no seu contexto social –, o grupo, visando, em última análise, ao bem-estar dos indivíduos que o integram e vivificam” (Folha de Goiaz, 16-09-1973, 2).

A retórica humanística de Geisel, todavia, padeceu alguns limites, como se pode ver pelo seu discurso quando da Instalação do V Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em São Paulo:

Valorizar o homem tem sido o objetivo fundamental de todos os atos de meu governo. Essa valorização é a razão de ser dos programas de investimentos fomentados, de todas as medidas adotadas no campo econômico e social, do próprio processo de aperfeiçoamento de nossas instituições políticas. **Um governo, todavia, não realiza tudo o que deseja, pois tem que agir dentro dos limites do possível.** (grifo meu) (Folha de Goiaz, 25-07-1978, 4).

Em outra parte do discurso falou:

Cumpra, neste momento, abordar com realismo o tema da política salarial. É evidente que os níveis salariais não são os desejados nem pelo governo nem pelos trabalhadores. Mas temos que reconhecer que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, com baixos índices de produtividade do trabalho, quando comparados aos das nações mais prósperas. A médio prazo, conseguiremos elevar o perfil de todos os salários na medida em que sejamos capazes de aumentar, também o volume total da produção (Folha de Goiaz, 25-07-1978, 4).

E, de forma ufanista:

Acredito, de resto, que, com a qualificação da mão de obra brasileira e o desenvolvimento de nossa economia, o salário mínimo se transformará gradativamente em simples lembrança de um passado de subdesenvolvimento (Folha de Goiaz, 25-07-1978, 4).

Primeiramente, notar que o discurso do Presidente, parte de dentro da orientação produtivista, segundo a qual, para melhorar a distribuição da renda seria preciso fazer crescer a produção e isto exigiria o aumento da poupança interna e a continuidade dos ingressos de capital e tecnologia, uma vez que a opção de industrialização do Brasil foi bastante abrangente e englobou áreas em que a tecnologia sofisticada foi passível de rápida obsolescência. Longe, porém, de favorecer à distribuição da renda, esta política favoreceu a sua concentração. Em um país como o Brasil que dispunha de um considerável contingente de mão de obra, a adoção de tecnologias sofisticadas e caras, financiadas pela nação, propiciou aos grandes empresários lucros cada vez maiores, com um custo menor de mão-de-obra, o quê, em

contrapartida, significou desemprego e subemprego.

Não bastasse isso, o início do governo do Presidente Ernesto Geisel coincidiu com uma conjuntura mundial desfavorável, em virtude da crise do petróleo. A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) triplicou os preços do produto. Todas as economias sofreram os efeitos desta crise, todavia o Brasil foi um dos países mais afetados, pois importava 80% do petróleo que consumia. Desde Kubitschek o governo vinha apostando no transporte rodoviário para fazer a integração do país e os governos militares ofereceram muitos incentivos às indústrias automobilísticas, sobretudo para a produção de carros de passageiros.

Entre não crescer e não se endividar mais, o Brasil, sob Geisel, optou para manter o crescimento, apenas diminuindo um pouco o patamar dos anos Médici. Em contrapartida ocorreu uma elevação da taxa inflacionária e um déficit na balança de pagamentos, em decorrência de uma multiplicação da dívida externa, pois contraindo empréstimos a uma taxa de juros flutuantes, aquelas taxas variaram conforme o mercado internacional.

Dentro daquela conjuntura, para continuar mantendo um crescimento acelerado, a alternativa foi modernizar a agricultura, beneficiando o capital privado – nacional e estrangeiro – em vista da exportação. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), formulado em setembro de 1974 para o período de 1975-1979, priorizou o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo:

É necessário que a Agricultura e a Pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento.

(...) A manter-se do quadro recente, poderia a agricultura continuar o crescimento geral, através do fornecimento dos alimentos e matérias-primas necessários, sem elevação do preço real (...).

Trata-se, agora, de exigir muito mais do setor agropecuário.

(...) A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agricultura, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia.

Por outro lado, o extraordinário dinamismo do setor não agrícola da economia, em anos recentes, criou as condições para tornar viável a modernização agrícola progressiva nas áreas já ocupadas.

(...) A atual dimensão do setor não agrícola já é suficiente para apoiar a modernização produtiva da agricultura do Centro-Sul.

Ao mesmo tempo, passando a agricultura a servir de modo mais eficaz à estratégia, à elevação mais rápida de sua renda líquida ajudará a manter o alto dinamismo do resto da economia (através da demanda por insumos e por bens de consumo), além de contribuir de forma mais significativa para a redução do déficit na balança de comércio.

Outro aspecto a assinalar é a relevância de consolidar a diversificação e especialização regional do desenvolvimento agrícola, tendo em vista as diferentes vocações naturais das diversas regiões e a diversidade na dotação de fatores de produção.

A estratégia agrícola está orientada no sentido de criar as facilidades e dotar o setor de investimentos para o pleno aproveitamento de seu potencial produtivo: ampliar o estoque de recursos produtivos pela atração de poupanças (internas e externas) e capacidade empresarial para as atividades diretamente ligadas à produção; estimular a participação mais intensa do setor privado para as funções de serviços de apoio à produção, circulação e transformação dos produtos agropecuários; dinamizar o processo de criação, importação, adaptação e difusão de tecnologia às peculiaridades regionais (República Federativa do Brasil. Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento II PND (1975-1979), Brasília, 1974, pp. 33-34. Apud. IANNI, 1986, 69-71).

O II PND retomou a retórica da vocação agrícola do país, dando especial destaque para o conjunto de requisitos que possibilitariam ao país expandir a sua fronteira agrícola. O Brasil foi visto como um país que dispunha de um amplo espaço territorial, na Amazônia e na região Centro-Oeste, e que deveria ser preenchido, até mesmo por uma questão de segurança nacional; dispunha, também, de terras férteis e de um sistema viário, que permitiria o escoamento da produção.

A modernização da agropecuária, nas regiões Norte e Centro-Oeste, correspondeu à inserção das mesmas no “modelo de economia aberta”, adquirindo maquinário, insumos básicos e bens de consumo e, ao mesmo tempo, produzindo para o mercado nacional e estrangeiro. A produção para o mercado nacional, garantiria a maior realização do capital e a produção para a exportação teve como objetivos reduzir o déficit da balança comercial e aumentar o suprimento de agrodólares para manter as novas tecnologias necessárias para o setor industrial.

Em outras palavras, o II PND avançou mais na dinâmica capitalista, colocando o setor agropecuário a serviço do setor industrial e o campo a serviço da cidade e, finalmente, optou para continuar mantendo um desenvolvimento desigual e combinado baseado nas diferentes vocações naturais das diversas regiões.⁴

⁴ Acerca do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, BOTTOMORE, Tom. et. ali. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Jorge Zaahr Editor. 1988, p. 99. escreveu que: “Trotski estendeu o conceito de desenvolvimento desigual (amplamente utilizado por Marx e Lenin) de modo a abranger um fenômeno mais complexo, o do desenvolvimento desigual e combinado. Embora países relativamente atrasados, sob o capitalismo do *laissez-faire*, tenham atravessado, em linhas gerais, fases de desenvolvimento semelhantes às atravessadas pelos países adiantados algumas décadas antes, isso já não pode ocorrer sob o imperialismo. Em lugar do crescimento orgânico, a maior parte dos países menos desenvolvidos passou por um processo de combinação de “desenvolvimento e subdesenvolvi-

No final de 1980, em pronunciamento feito numa cadeia de rádio e televisão, o Presidente João Baptista Figueiredo considerou que o país não poderia parar seu crescimento e mandou um recado para os brasileiros: “(...) a trilogia do nosso desenvolvimento, nos dias que passam, é produzir mais, poupar mais e exportar tudo o que pudermos” (Folha de Goiaz, 30-12-1980, 7). Conforme Thomas Skdmore, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), no essencial, foi uma continuidade do II PND: aumentar a produção agrícola para reduzir a inflação e aumentar as exportações (1994, 420-421).

A inserção do estado de Goiás no projeto de desenvolvimento do regime militar

No começo do ano de 1981, *Folha de Goiaz* transcreveu um artigo publicado pela *Revista Perfil*, editada pela *Visão S.A*, em São Paulo, analisando o processo do desenvolvimento em Goiás, onde foi destacado o Projeto Rio Formoso.

Os técnicos lembram que o Projeto foi elaborado conforme ‘orientações e diretrizes do planejamento a nível nacional, englobando as políticas de desenvolvimento de cooperativas, fixação do homem ao campo, incentivo ao empresário de pequeno e médio porte e aumento do excedente exportável ou redução de importações de gêneros agrícolas de primeira necessidade, além de mobilizar esforços no sentido de auxiliar o Governo Federal na meta prioritária de combate à inflação’ (Folha de Goiaz 30-12-1980, 70).

O Projeto Rio Formoso, um projeto do governo Ary Valadão, em Goiás, para o plantio de arroz irrigado, com uma área de 69.130,12 hectares, ficou em perfeita sintonia com o II e o III PND: produzir para a exportação e para a diminuição das importações de produtos agrícolas. Em suma, para combater a inflação. Na mesma linha se situou o Projeto Alto Paraíso. Também este um projeto do governo estadual, com o objetivo de plantar frutas de clima temperado, na região de Alto Paraíso. O cultivo daqueles pomares destinou-se à indústria ou a uma elite da população que pudesse se

mento”. As economias destes países aparecem como uma combinação de um “setor moderno” (muitas vezes dominado pelo capital estrangeiro, ou desenvolvido pelo Estado: pode haver uma combinação dos dois casos) e um “setor tradicional” (primitivo, no caso da agricultura, ou controlado por classes dominantes pré-capitalistas ou mercantis). Em consequência dessa combinação peculiar, não se pode registrar em tais países qualquer crescimento cumulativo: o atraso da agricultura determina uma limitação do mercado interno que põe um freio ao ritmo da industrialização, e uma parte significativa do capital monetário acumulado é desviada da indústria para a especulação imobiliária, a usura e a poupança”. Este conceito tem sido usado, também, para analisar a relação entre as diferentes regiões de um mesmo país.

dar ao luxo de consumir frutas diferentes daquelas da região.

Outro projeto agropecuário do qual Goiás veio a participar durante o governo Ary Valadão foi o Projeto Carajás.⁵ O “*Grande Carajás*” ou o “*Carajão*” compreendeu além do projeto de extração mineral, a implantação de “pólos” de desenvolvimento agropecuário na região. O Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, anunciou em março de 1982, o projeto de implantação de dois destes pólos no Maranhão; um no Pará e outro em Goiás. Com o objetivo de “fomentar não apenas, a produção de alimentos para a região Nordeste, como também criar condições para a geração de excedentes exportáveis” (Folha de Goiaz, 13-03-1982, p. 5). De acordo com *Folha de Goiaz*, pesquisas da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) confirmaram que a soja tropical e o feijão vigna tiveram boa produtividade na região.

Folha de Goiaz destaca, também, que a participação de Goiás, no Projeto Carajás, foi uma participação nas suas atividades secundárias, em um pólo agropecuário, contando com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento (Folha de Goiaz, 30-11-1977, 5).⁶ Houve, também, outros Projetos agropecuários que antecederam o governo Ary Valadão, mas que continuaram sendo de grande importância durante a sua gestão. Tais projetos, normalmente, foram financiados pelo BD (Banco de Desenvolvimento) Goiás, como no caso do Proálcool. O Proálcool – Programa Nacional do Álcool – teve como objetivo suprir a carência de combustível mediante o uso do álcool destilado da cana-de-açúcar.

A Sudeco – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste –, um órgão de fomento criado pelo governo federal, financiou vários projetos de desenvolvimento, em Goiás, durante a década de 1970, como o Polocentro – Programa de Desenvolvimento do Cerrado – compreendendo áreas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Visou aproveitar o cerrado para o plantio, sobretudo, de mandioca, em vista da produção do etanol, e de eucalipto, para a produção de metanol e de carvão vegetal; em contrapartida aquele projeto desenvolveu um programa de eletrificação rural e de incremento à produção da pequena propriedade (Folha de Goiaz, 25-02-1979, p. 29). Além do Polocentro, a Sudeco teve o Polamazônia – Polo

⁵ Inicialmente, o Projeto Carajás foi um projeto de extração dos minérios de ferro, níquel, estanho, cobre, bauxita e ouro, na Serra dos Carajás, no norte de Mato Grosso. As jazidas foram descobertas pela subsidiária da United States Stael, denominada Meridional, em 1967, quando procurava manganês, na região, para suprir suas siderúrgicas e fugir às instabilidades da África, pois a United States Stael dependia do minério proveniente do Gabão.

⁶ Acerca da criação e dos objetivos do O Banco de Desenvolvimento de Goiás (BD Goiás S/A, *Folha de Goiaz*, no artigo “Reunião de Bancos de Desenvolvimento”, de 30-11-1977, p.5, conta que o referido Banco foi criado pela lei nº 8.062/76, como uma empresa de economia mista com o objetivo de suprir de créditos a médio e longo prazo, desde as grandes até as pequenas empresas. Sua instalação, porém, só aconteceu em novembro de 1977.

Agropecuário e Agromineral da Amazônia –, o Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília, o Prodiat – Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Araguaia-Tocantins – e o PAM – Programa de Assistência aos Municípios.

Todos estes Programas tiveram como objetivo ocupar, de maneira lucrativa, o território, dinamizando e modernizando a agropecuária (Folha de Goiaz, 23-02-1979, 13). Por isso, ofereceram investimentos na área de transportes (construção, pavimentação e recuperação de estradas e pontes) (Folha de Goiaz, 15-11-1980, 2), comunicações (instalação de telefonia com os sistemas DDD e DDI, instalação de torres de televisão) (Folha de Goiaz 12-07-1981, 6.) e energia, com a (construção e ampliação de usinas hidrelétricas e programas de eletrificação urbana e rural) (Folha de Goiaz, 05-10-1982. s/nº de página) e, por fim, a construção e a equipagem de armazéns, com capacidade estática de várias toneladas de grãos (Folha de Goiaz, 16-07-1982, 5). *Folha de Goiaz* chegou a comentar: “Para Ary, a agricultura é a mola propulsora do desenvolvimento e tem empregado esforços para expandir as fronteiras agrícolas do Estado, uma política, também, do presidente João Figueiredo” (Folha de Goiaz, 24-10-1982, 61).

No ocaso do seu governo, Ary Valadão se posicionou como o redentor do nordeste goiano “O Nordeste goiano hoje é outro. Não é mais aquela região que não tinha hospitais, escolas, energia elétrica e comunicação” (Folha de Goiaz, 22-12-1982, 5). O que o governador não comentou é que, lado a lado com aquele progresso, os conflitos no campo só tinham aumentando, especialmente: no nordeste do Mato Grosso, sul do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, isto é, nas áreas mais envolvidas pelos projetos de desenvolvimento do governo federal.

Também causou espanto a intensidade do aumento do preço da terra naquelas regiões. Antes de 1964, a ocupação das terras devolutas se deu mediante a ocupação e o cultivo das mesmas e, depois, fazia-se a requisição do título definitivo. Com o grande afluxo de pessoas, para as zonas rurais, em Goiás; principalmente, fugindo das secas que afligiram os Estados do Nordeste, o governo, pelo Decreto Governamental 62 de 04/05/1973, passou a preservar o patrimônio rural e a orientar as ocupações, de maneira que elas não viessem a prejudicar os “verdadeiros rurícolas” e as empresas econômicas produtivas, favorecendo, com tal procedimento, os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Assim, em alguns municípios do norte goiano, beneficiados pelas rodovias, como Porangatu e Araguaína, os fazendeiros deixaram de procurar terras para comprar. Na região geo-econômica de Brasília e até nas periferias das cidades do interior, registrou-se um aumento de 80 a 100% nos preços das terras, conforme notícia veiculada pela *Folha de Goiaz*, em 18 de maio de 1982 (p. 23).

Questão similar foi o crescimento descomunal de Goiânia e das cidades vizinhas, com o grave problema da moradia, capaz de extrapolar as previsões oficiais: número insuficiente de casas e apartamentos para aluguéis; altos preços dos mesmos e o crescimento das “invasões”, que surgiram em todos os pontos da cidade, mas, principalmente, nas margens dos córregos e dos trilhos da estrada de ferro. Somou-se a tudo isto a especulação imobiliária que, com a chegada dos benefícios (concessão do direito de posse, asfalto, água e luz), comprava os direitos dos primitivos “invasores”, empurrando-os para novas “invasões”, mais na periferia ou até nos municípios vizinhos.

Nas eleições de 1982, o governador Ary Valadão não conseguiu eleger o seu candidato para o governo do Estado. Isto foi interpretado por um de seus auxiliares, Francisco de Brito, simplesmente como exploração dos sentimentos do povo, por parte da oposição:

Na verdade, não foi o julgamento de seu Governo, um dos mais fecundos que o Estado conheceu, tranqüilo e democrático, mas a veemente manifestação do povo, inconformado com as medidas impopulares do Governo Federal, imposta pela conjuntura internacional e ainda a justa explosão de uma juventude. À Oposição foi fácil explorar esses sentimentos do povo (...). Em bem pouco tempo, essa avalanche de eleitores descontentes estará convencida de que nunca se fez tanto nesse País como nos 18 anos e que Goiás cresceu no seu quadriênio de Governo, como em nenhum outro (Folha de Goiaz, 22-12-1982, 5).

Defendendo o caráter progressista do Governo Ary Valadão e do regime militar, Francisco de Brito justificou a derrota do candidato governista nas eleições de 1982, como a exploração dos sentimentos do povo, por parte da oposição. Um descontentamento causado pela conjuntura internacional. Afirmar tal coisa era considerar o desenvolvimento, somente, como crescimento econômico, fomentado no quadriênio do Governo Ary Valadão, não levando em consideração os custos sociais que aquele empreendimento teve, durante aquele mesmo governo e nem questionar o significado mais profundo da derrota das eleições. De fato, o projeto de desenvolvimento implementado pelo governador Ary Valadão e pelos seus antecessores, em Goiás, foi um projeto apenas voltado para o crescimento econômico, uma saída do atraso, sem a devida consideração aos seus custos sociais.

Conclusão

Como se viu, a implementação de um desenvolvimento acelerado – crescimento econômico – sob os moldes capitalistas não foi afastada pelos governos militares. Pelo contrário, esteve até mais acirrada. Tratou-se, tão somente de afastar alguns inconvenientes, como o populismo e o naciona-

lismo radical. O projeto de desenvolvimento implementado pelo regime militar e seus prepostos não pensou a totalidade dos cidadãos e dos interesses nacionais e regionais, mas favoreceu a concentração da renda. Em Goiás, o projeto de desenvolvimento do regime, que também visava à segurança nacional, desabrochou em vários outros projetos com os mesmos fins e favoreceu a concentração fundiária e a expulsão, do campo, de lavradores, pequenos proprietários rurais e comunidades indígenas.

Referências

Fontes

Jornal *Folha de Goiaz* - Goiânia – Go, entre os anos de 1973 a 1982.

MCNAMARA, Robert S. *The essence of Security*. (Harper and Row). Nova York. 1968.

PROJETO do II Plano Nacional de Desenvolvimento PND (1975-1979), Brasília, 1974, pp. 33-34.

Bibliografia

BAMBIRRA, Vânia e SANTOS, Theotônio. “Brasil: Nacionalismo, Populismo e Ditadura. Cinquenta Anos de Crise Social”. **América Latina: História de Meio Século**. Organizador: Pablo Casanova. Brasília Editora Universidade de Brasília. Vol. 1. 1988. pp. 100-153.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltesir Dutra, Rio de Janeiro. Zahar. Editor. 1988.

BRUM, Argemiro J.. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis em có-edição com Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado _ FIDENE. (Ijuí, RS). 1993.

CARDOSO, Mírian L.. **Ideologia do Desenvolvimento Brasil JK- JQ**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. (Estudos Brasileiros).

COMBLIN, J. **A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Trad. Veiga Fialho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978**. 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1986.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 7. ed. Petrópolis. Vozes. 1992.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. Cortez. São Paulo. 2000

MORANDÉ, Pedro. **Cultura Y Modernización en América Latina**. Cuadernos del Instituto de Sociología. Pontificia Universidade de Chile.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. S. Paulo. Alfa-Ômega. 1984.

SKIDMORE, Thomás. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Trad. H. S. Silveira. 5. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1994.

Artigo recebido em junho de 2009 e accito para publicação em outubro de 2009.